

O corpo de Juliana Marins, 26, passou por autópsia na manhã desta quarta-feira (2) no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro. Segundo o Departamento-Geral de Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil, o exame teve início às 8h30 e durou pouco menos de duas horas e meia.

O laudo preliminar deve ser entregue em até sete dias. O corpo será liberado para retirada pelos familiares, informou o órgão em nota.

O exame foi realizado por dois peritos legistas da Polícia Civil, e observado por um perito da Polícia Federal e um assistente técnico da família. Mariana Marins, irmã de Juliana, esteve no IML durante a autópsia.

O exame foi homologado após audiência na Justiça Federal na terça (1º), com presença da AGU (Advocacia-Geral da União), Defensoria Pública da União e governo do estado do Rio.

“Agora estamos na expectativa do laudo, que não sei hoje, demora alguns dias, por conta de alguns exames que têm que ser feitos na minha irmã”, afirmou Mariana na saída do IML.

“Eu acredito que ela sofreu muita negligência nesse resgate, então vamos continuar atrás das providências.”

O corpo de Juliana chegou ao Rio na noite desta terça (1º), após ser transportado pela FAB (Força Aérea Brasileira) entre o aeroporto internacional de Guarulhos, em São Paulo, e a Base Aérea do Galeão.

O corpo já havia passado por autópsia na Indonésia, mas a família pediu um novo procedimento à União.

O objetivo é esclarecer data e hora da morte e identificar sinais que apontem a causa e que não tenham sido observados pela perícia indonésia.

A precisão da necropsia vai depender do estado do corpo e da necessidade de realizar novos exames.

“Uma coisa que a gente tinha medo é de que Juliana ficasse desaparecida. Então, apesar de o resgate não ter acontecido no tempo hábil para Juliana ter saído com vida, pelo menos estamos com ela de volta no Brasil. Eu sei como é importante para todas as famílias quando tem esse desfecho, quando a pessoa fica desaparecida”, disse a irmã.

A família ainda não tem certeza

Corpo de Juliana Marins passa por nova autópsia no Brasil

Laudo preliminar do IML deve ser entregue em até sete dias

sobre a data da morte. Juliana caiu no monte Rinjani, na ilha de Lombok, na Indonésia, no dia 20 enquanto fazia a trilha. Inicialmente ela chegou a ser vista com vida, mas o resgate só a alcançou no dia 24, quando já estava morta.

O corpo foi resgatado no dia 25, com múltiplas fraturas e grave hemorragia interna, o que explicaria a morte, segundo o médico legista responsável pela autópsia. Pela estimativa do médico, a turista brasileira pode ter sobrevivido por quatro dias após a primeira queda.

Em publicação nas redes sociais, a família disse entender que a equipe de resgate foi negligente e que vai lutar por justiça.

O local em que ela caiu era de difícil acesso, e as buscas precisaram ser paralisadas diversas vezes devido às más condições climáticas.

É possível que a brasileira tenha sofrido uma segunda queda. No dia 21, vídeo feito por drone captou Juliana, sentada e em movimento, em um local íngreme. No dia 24, quando foi encontrado o corpo, outra gravação mostrou que ela estava em um local diferente, mais plano. A segunda

queda pode tê-la levado mais para o fundo do penhasco.

Na Indonésia, a polícia da ilha de Lombok anunciou na segunda (30) que já ouviu testemunhas e inspecionou o local onde Juliana caiu para tentar identificar se houve qualquer tipo de irregularidade na morte dela.



Juliana foi encontrada morta no Monte Rinjani

@resgatejulianamarins/Instagram

Sobre o caso

O que se sabe é que Juliana Marins caiu após ter sido deixada para trás pelo guia, para descansar. A primeira imagem dela, feita por um drone de turistas espanhóis, no sábado (21), mostrou que ela estava a cerca de 200 metros da trilha, em uma área com muitas pedras soltas e pouca vegetação.

Após a primeira imagem, ela foi avistada novamente apenas no dia seguinte, por um drone com imagem térmica da equipe de socorristas. Naquele momento ela estava presa a uma encosta rochosa a cerca de 500 metros da trilha, imóvel.

Já no momento do resgate, na quarta-feira, ela estava a cerca de 650 metros da borda, em uma área rochosa, o que sugere que ela pode ter caído mais de uma vez.

A Basarnas, agência responsável pelas buscas na Indonésia, disse à família que Juliana havia sido encontrada já sem vida na noite de terça (24) no horário local, por volta das 11h de Brasília. Já o legista estimou a morte entre 14h de terça e 2h de quarta no horário de Brasília.

Um dos pontos mais criticados pela família e pelos brasileiros que acompanharam o caso foi a demora no resgate. Autoridades locais disseram que enfrentaram dificuldades como terreno íngreme, altitude e mau tempo.

O Parque Nacional Monte Rinjani, onde fica o vulcão, não possui uma equipe especializada de plantão. Assim, quando ocorre um acidente como o de Juliana, é preciso

reunir socorristas e voluntários e levar equipamentos até o local para iniciar as buscas. Não há infraestrutura ou equipamentos de resgate disponíveis na montanha.

Por Ygor Eiras (Folhapress)

O turismo de aventura deixou de ser um segmento técnico e restrito a profissionais preparados para se transformar em um mercado de massa em rápida expansão. Trilhas desafiadoras, voos livres, escaladas e atividades radicais viraram tendência entre viajantes em busca de vivências marcantes ou, em muitos casos, de conteúdos de impacto para redes sociais. O problema é que essa demanda crescente não foi acompanhada por estrutura, fiscalização e regulamentação adequadas.

Para a especialista em turismo Santuza Macedo, CEO da Diamond Viagens, o Brasil vive um momento de alerta: “A adrenalina virou conteúdo. E o que deveria ser uma experiência técnica, segura e planejada virou mais uma mercadoria visual. Estamos comercializando riscos como se fossem cenários de cinema, sem critério, sem preparo e sem respaldo técnico”, afirma.

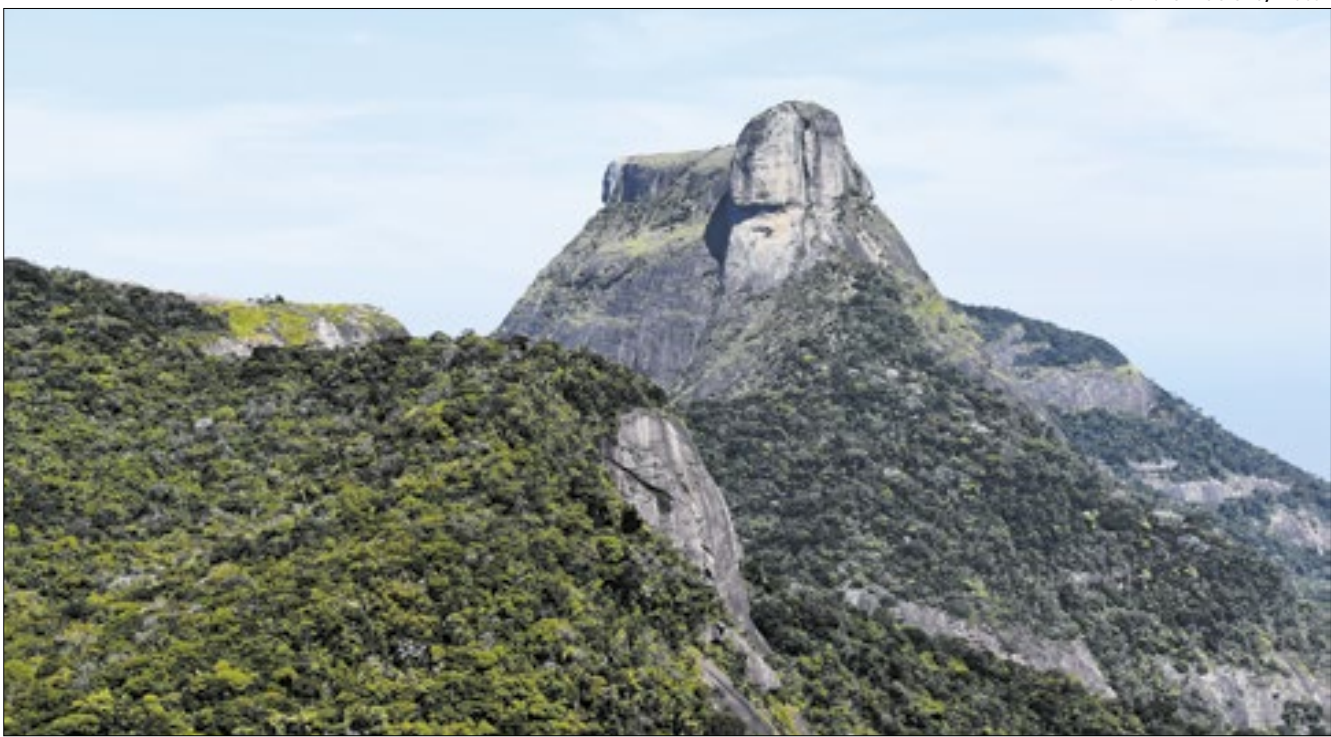
A ilusão do inesquecível pode custar caro

De acordo com a Adventure Travel Trade Association (ATTA), o turismo de aventura cresce em média 20% ao ano na América Latina. No Brasil, destinos como a Pedra da Gávea (RJ), Parque Nacional do Itatiaia (RJ), a Chapada dos Veadeiros (GO) e a Serra do Cipó (MG) recebem milhares de visitantes em busca do “extraordinário”. O problema? Boa parte dessas experiências é oferecida por empresas não regulamentadas, conduzidas por profissionais despreparados ou executadas sem protocolos de segurança mínimos.

“A sociedade mudou. As pessoas querem viver algo fora da rotina, se superar, registrar o momento perfeito. Mas essa busca por inten-

Turismo radical: vocação ou apenas mais uma opção instagramável?

Especialista em turismo defende regulamentação urgente, qualificação profissional e responsabilidade compartilhada no setor: “A busca por experiências intensas não pode custar vidas”



Alexandre Macieira/Riotur

No Brasil, um dos principais destinos é a Pedra da Gávea, no Rio, que recebe milhares de ‘aventureiros’

sidade exige preparo técnico, planejamento e consciência de risco. Vender uma trilha ou um salto radical como se fosse uma selfie em frente ao mar é uma irresponsabilidade”, alerta Santuza.

Falta regulação

Atualmente, o Brasil não conta com uma legislação federal específica para regulamentar atividades de risco no turismo. O Cadastur, sistema do Ministério do Turismo, exige o registro de agências

e condutores, mas na prática, a falta de fiscalização facilita a atuação de empresas improvisadas. A formação técnica dos guias também é descentralizada e, muitas vezes, inexistente.

Para a especialista, é urgente criar um

marco legal para o turismo de aventura e alto risco. “O setor cresce sem limites e opera em uma espécie de zona cinzenta. Não há padronização, não há protocolos nacionais e a responsabilidade se dissolve entre prestadores, consumidores e poder público. Precisamos agir antes que tragédias se tornem rotina”, ressalta.

O que precisa mudar, segundo a especialista: Obrigatoriedade de seguro pessoal em todas as atividades de risco; Capacitação contínua e certificada para guias e condutores; Sinalização bilíngue e padronizada em trilhas, cachoeiras e áreas montanhosas; Fiscalização efetiva das operadoras e prestadores de serviço; e Campanhas educativas para conscientizar o turista sobre seus próprios limites.

Influenciadores

Segundo Santuza, a cultura da performance digital distorce o turismo de aventura. “O turista precisa deixar de buscar adrenalina para mostrar nas redes e passar a buscar experiências com propósito. Segurança não pode ser um detalhe. A viagem só é inesquecível quando termina bem”, pontua.

Ela alerta que o encantamento digital tem levado pessoas despreparadas a se colocarem em situações de extremo risco. “É comum ver trilhas difíceis sendo divulgadas como passeios simples. Isso induz ao erro. O consumidor precisa desconfiar de promessas fáceis e imagens esteticamente perfeitas”, explica.

Responsabilidade é de todos

Santuza Macedo encerra com um apelo à corresponsabilidade. “Se queremos consolidar o Brasil como potência do turismo de experiência e natureza, precisamos garantir que o extraordinário também seja seguro. Isso exige maturidade do mercado, seriedade do poder público e consciência do turista. Viver o intenso é possível — desde que seja com segurança e responsabilidade”.